



RESUMOS DOS TRABALHOS



COMITÊ DE AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS

PROFESSOR MS. AILON DO VALE SIMÃO
PROFESSOR MS. ANTONIO ARMANDO ULIAN DO LAGO ALBUQUERQUE
PROFESSORA DR^a. MARIA IZETE DE OLIVEIRA

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DA MOSTRA CIENTÍFICA LEVY ALT

ALIANNA CAROLINE SOUSA CARDOSO
VINÍCIUS FREITAS FRANÇA
LARISSA FENANDA FIGUEIREDO COELHO
FELIPE LIMA DA ROSA
EUNICE ELÍSIA SILVA OLIVEIRA

APRESENTAÇÃO DOS PÔSTERES

EM 26 DE SETEMBRO DE 2008, NO CINE XIN
CÁCERES/MT

APRESENTAÇÃO DO MINI-CURSO

EM 25 DE SETEMBRO DE 2008, NO *CAMPUS* UNIVERSITÁRIO JANE VANINI
CÁCERES/MT



ANISTIA INTERNACIONAL: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS EM TERRITÓRIO BOLIVIANO

Autor: ALMEIDA, Jeison Batista
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

Introdução - De 16 julho a 21 de agosto deste presente ano, Anistia Internacional, seção Bolívia, com financiamento outrora firmado com Anistia Internacional – EUA, em conjunto com dois voluntários americanos, MS Wener Orellana e Madison Chau, e por mim, Jeison B. Almeida, realizamos cerca de dez trabalhos de capacitação para jovens em direitos humanos em território Boliviano. **Referencial Metodológico** – Para a realização dos aduzidos trabalhos, foram utilizados revistas, informes e o manual “*Making Rights a Reality: Human rights education shop for youth*”, fornecidos por Anistia Internacional-Espanha, bem como a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, em forma impressa e em vídeo animado, além de outros vídeos acerca de temas atuais de violação de direitos humanos no mundo, como discriminação de gênero, raça, origem etc. **Resultados** - Os aludidos trabalhos foram realizados nas cidades de Sucre, Potosi, Santa Cruz, Ouro e La paz, respectivamente. Neste sucedâneo, estima-se a presença de mais de 500 jovens, que vão desde acadêmicos universitários a crianças de creches e casas de apoio. Além da certificação dos jovens, o trabalho realizado pela Anistia, que com escassos recursos econômicos, visto que na maioria é realizada por voluntários, tem importante papel na sociedade boliviana. Sendo a educação e formação em direitos humanos um agente necessário em uma nação que passa por profundas mudanças em sua estrutura. Pois, se formando jovens conscientes de seus direitos e deveres, se formam entes capazes de evitar atrocidades, como a ocorrida em desfavor dos camponeses neste ano de 2008 na cidade de Sucre. **Conclusão** – Neste diapasão, é ínsito salientar a necessidade da formação de entes humanos, para que cientes de seus direitos e deveres sejam responsáveis pela criação de uma sociedade verdadeiramente igual, justa e solidária.

Palavras Chave: Direitos Humanos; Educação; Anistia Internacional; Bolívia

ESTUDO SOBRE A POPULAÇÃO FEMININA INFANTO-JUVENIL VÍTIMA DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS NO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT

Autora: FERNANDES, Danielle de Souza.
Co-Autor: COSTA, José Ferreira.
Co-Autora: TIELLET, Maria do Horto Salles.
Universidade do Estado de Mato Grosso

A violência escolar é um tema que tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores nacionais e internacionais. Nessa perspectiva estamos desenvolvendo a pesquisa “Perfil sócio-econômico cultural da população feminina infanto-juvenil entre 12 e 18 anos incompletos envolvidas em atos infracionais e



vítimas de violação dos direitos no município de Cáceres/MT". Este estudo visa ampliar os dados que já possuímos sobre o envolvimento das meninas em ações de violência que ocorrem nas escolas públicas estaduais de Cáceres, deslocando nosso foco para a violação de seus direitos em que a escola atua na perspectiva da proteção. Nossos referenciais são: Latermann (2000), Abramovay (2004; 2006), Faleiros (1999) que tratam da violência no ambiente escolar. Para identificar os tipos de violação de direitos sofridos pelo sexo feminino que tem como comunicante a escola, utilizamos as fichas de registro de violação de direitos do Conselho Tutelar de Cáceres – MT, do período de 2004 a 2007. Os dados do Conselho Tutelar do município de Cáceres do período de 2004 a 2005, nos indicam que nesse período foram registradas 215 denúncias em relação às violações de direitos sofridas pela população feminina infanto-juvenil, dentre as principais estão: a violência sexual (estupro, abuso sexual, exploração sexual, tentativa de estupro e sedução); violência física (agressão física, espancamento); violência psicológica (pressão e tortura psicológica) violando o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, além de maus tratos, aliciamento, abandono, entre outras, violando o direito à convivência familiar e comunitária. Dos dados obtidos neste período, somente 18 denúncias foram encaminhadas pelas escolas, assinalando as dificuldades apresentadas pelos dirigentes dos estabelecimentos de ensino em reconhecer os alunos vítimas de maus tratos e comunicar ao Conselho Tutelar, como nos indica os dados de 2004 e 2005.

Palavras-Chave: Violência, Violação dos direitos, Adolescentes.

ATOS INFRACIONAIS E A APLICAÇÃO AOS CASOS CONCRETOS DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS EM CÁCERES-MT

Autora: ROCHA, Èrica Silva

Co-autor: PERSCH, Danilo

Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

Com este trabalho visamos realizar um levantamento quantitativo a respeito dos atos infracionais e das medidas sócio-educativas aplicadas aos casos concretos em crianças e adolescentes no município de Cáceres – MT, no período de 2000-2007. Verificando a sua adequação em consonância com as determinações legais, e ainda considerando as suas especificidades em relação a faixa etária do menor infrator. Sendo que às crianças infratoras são impostas medidas acentuadamente mais leves sendo-lhes vedada a internação, já aos adolescentes cabem punições mais severas, incluindo a internação forçada por período máximo de 3 (três) anos, conforme o ECA. Limitação temporal duramente criticada por aqueles vêem no enrigecimento das políticas punitivas uma forma de contenção da violência, tais posicionamentos culminam na busca pela redução da maioridade penal no Brasil. A proposição do tema encontra relevância a medida que um dos principais argumentos para a sustentação das citadas propostas seria a comoção e indignação popular manifestas concomitantemente a ocorrência de casos excessivamente expostos pela mídia, ou seja, delitos violentos e brutais cuja autoria encontra-se relacionada à



crianças e adolescentes. O que alimenta a visão popular de serem brandas as punições, denominadas pelo ECA como medidas sócio-educativas. À partir daí surgem os seguintes questionamentos: Quais seriam os atos infracionais mais praticados por “menores”? Sua incidência seria proporcionalmente capaz de sustentar a defesa de uma política punitiva mais severa, incluindo aí a diminuição da maioridade penal? E ainda, quais medidas sócio-educativas estão sendo aplicadas aos casos concretos, ou seja, estaria de fato ocorrendo um cumprimento das disposições legais? É com o objetivo de analisar tais questionamentos que a pesquisa em pauta se propõe.

Palavras-chave: Redução da maioridade penal, contenção da violência, menores infratores.

A INFLUÊNCIA DOS ATOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CÁCERES

Autora: CARNEIRO, Fernanda de Sales.
Co-Autora: ANTUNES, Maria da Penha Fornaciari.
Co-Autor (a): TIELLET, Maria do Horto Salles.
Universidade do Estado de Mato Grosso

Estamos desenvolvendo a pesquisa “Levantamento documental dos casos registrados no Conselho Tutelar, de violência doméstica contra crianças e adolescentes no período de 2000 – 2003 em Cáceres – MT”. Com este estudo pretendemos verificar os atos de violência doméstica sofrida por crianças e adolescentes e a influência que estas representam para a sua convivência e desempenho no interior dos estabelecimentos da rede estadual de ensino do município de Cáceres - MT, além de fazer um levantamento estatístico para identificar a relevância de um fator externo, que nos possibilite compreender e associar ou não, a violência no contexto escolar das escolas públicas. Para contribuir com a discussão teórica sobre a violência escolar adotamos os estudos de Abramovay (2004; 2006), Charlot (2000), Laterman (2000) e Tiellet (2008). Poderemos também através deste estudo sistematizado sobre A Violência que se Manifesta no Ambiente Urbano social e nas Escolas Públicas de Cáceres, colaborar com o desenvolvimento de um referencial teórico para futuras pesquisas e ações educativas, além de políticas públicas de combate as atitudes violentas no âmbito da família. Para realizar o levantamento sobre os casos de violência doméstica contra a população infanto-juvenil utilizaremos os registros do Conselho Tutelar de Cáceres – MT, durante o período de 2000 a 2003, se constituindo em uma pesquisa documental. Pretendemos também verificar as ocorrências de violências que são geradas dentro do ambiente escolar, a percepção dos professores e gestores sobre esse fato nas escolas públicas da região de Cáceres e se eles denunciam situações dessa natureza às instituições especializadas em recebê-las.

Palavras-chave: População infanto-juvenil, Atos violentos e Convivência familiar.



O TRIDIMENSIONALISMO DO DIREITO COMO MÉTODO CIENTÍFICO PARA O DIREITO

Autor - VARGAS, Guilherme Angerames R.
Universidade do Estado de Mato Grosso

A Teoria Tridimensional do Direito surgiu da percepção de Reale quanto à sequência do estudo do Direito, vislumbrando primeiramente os fatos sociais, para levar em consideração o interesse e valores a eles relativos resultando na norma jurídica. O método, na concepção jurídica clássica (positiva) evidencia um aprisionamento conceitual, rigidamente ligado a conceito de verdade e ligado apenas conceber uma estrutura de ordenamento do pensamento. Classicamente tem-se a hermenêutica jurídica como método as Ciências Jurídicas. A hermenêutica é tem como objetivo o estudo e a sistematização, que devem ser utilizados para que interpretação se realize. (FRANÇA, 1997). A utilização da Teoria Tridimensional do Direito em Reale (1996) surgiu pela necessidade prática em capturar elementos dentro da norma que pudesse revelar características da situação em que foi criada, legislada, ocorrida em Vargas (2007) e demais trabalhos. Através de pesquisa bibliográfica buscou-se as obras de Reale, assim como de demais autores que versam sobre a temática. Após a fundamentação teórica desenvolveu-se pesquisa para análise de uma norma, no caso o Código de Conduta da Escola de Aplicação/UNEMAT. Sobre cada item normativo buscou-se confirmar qual ou quais fatos ocorridos no ambiente de criação e por quais razões a norma ocorreu conforme posta. Após o levantamento dos dados da norma buscou-se aporte em outras ciências para proceder análise. Ao utilizar o tridimensionalismo do Direito como método há de se considerar que este não se opõe da hermenêutica clássica e está passível de condução teórica e demais vicissitudes do processo de interpretação da norma. Porém, ao considerar o Direito amplamente maior que a relação codificante e aplicadora pode-se eleger o tridimensionalismo do Direito como método aplicável e por sua maior complexidade estrutural e, ao poder aportar-se em outras ciências para fundamenta-se, dificultaria a condução teórica, visto que essa possível fraude esbarraria no método.

Palavras-Chave: Direito Tridimensional, Hermenêutica, Método Científico.

DIREITO E EDUCAÇÃO: AS AÇÕES PEDAGÓGICAS DE COMBATE E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE CÁCERES

Autora: DEUS, Diana Garcia de
Co-autor: PERSCH, Danilo
Co-autora: TIELLET, Maria do Horto Sales
Universidade do Estado de Mato Grosso

A pesquisa em tela desenvolve estudo sobre a violência escolar, com o fito de analisar as atitudes das instituições de ensino no combate a este fenômeno. Busca-se contribuir com a pesquisa *"Conflitos e violência em escolas públicas estaduais"*



numa região de fronteira, Cáceres/MT: a percepção dos professores”, mapeando as ações e os projetos pedagógicos de combate à violência das escolas públicas estaduais do município de Cáceres/MT. Nossa hipótese é a de que a escola, por meio de seu coletivo de profissionais, não externa ações de combate e prevenção das manifestações de violência por parte dos alunos, contribuindo em um excessivo aumento da violência dentro e fora deste âmbito, interessando ao Direito em função da representatividade da escola como instituição responsável pela formação social do indivíduo previsto constitucionalmente. A metodologia utilizada é a descritiva, por ser compreensiva e extensiva, definindo os termos relacionados à violência através da revisão bibliográfica e buscando os dados sobre a violência que ocorre nas escolas desta região, bem como analisando documentos oficiais da escola, projetos e programas pedagógicos desenvolvidos, destacando os objetivos, as metas, as atividades e os sujeitos envolvidos. Por ora, definiram-se as estratégias de coleta de dados e o levantamento teórico-bibliográfico do tema, bem como se realizou um primeiro contato com os gestores das escolas estaduais da cidade de Cáceres/MT expondo os dados já coletados, fundamentais para o desenvolvimento do projeto, assim, visualizou-se o posicionamento dos gestores diante dos resultados, sendo ressaltada, principalmente, as dificuldades práticas no desenvolvimento deste tipo de projeto pedagógico ora objeto de pesquisa.

Palavras-Chave: violência escolar, professores, ações pedagógicas, Direito

A LEI DE DIREITOS AUTORAIS E A SUA APLICABILIDADE NA INTERNET

Autora: MARQUES, Rosiane Sales

Co-Autora: MALUF, Olímpia Souza

Universidade do Estado de Mato Grosso

A evolução das tecnologias juntamente com a Internet, possibilitaram grandes avanços no setor das comunicações. Através da rede Internet podemos ter acesso a qualquer tipo de arquivo, seja ele de áudio, vídeo, softwares, imagem ou texto, tudo está ao alcance do usuário, por um preço acessível ou sem nenhum custo. A existência de programas que facilitam o download de diversos arquivos, ajudam a promover a pirataria, pois a utilização desses recursos eleva a qualidade do produto pirata. Diante desses fatos, várias pessoas estão discutindo a relevância da Lei de Direitos Autorais (LDA), sobre a Internet. A LDA, desde o seu surgimento, regula as formas de publicação, distribuição e comercialização das produções intelectuais, impondo restrições quanto ao seu uso, no entanto, com o advento da Internet, essa forma de controle passou e passa por uma séria necessidade de revisão, uma vez que, nesse meio, não existem limites e as formas de controle, aplicadas no passado, não impedem a pirataria no mundo virtual. O meio eletrônico fez com que o *copyright* deixasse de ser o único dispositivo legal para licenciar produtos, fazendo entrar em cena outros tipos de licenças mais flexíveis que visam a distribuição livre e aberta do conhecimento construído coletivamente, de forma a manter o reconhecimento da autoria sem visar apenas o lucro. Considerando que a questão dos Direitos Autorais na Internet ainda demanda uma longa discussão, que passa necessariamente por definir o que seja



ético e moral na rede, nosso estudo pretende analisar, do ponto de vista dos usuários da Internet, o que eles pensam acerca da aplicação da LDA na rede. Para procedermos a esse estudo, realizamos entrevistas com acadêmicos e professor do curso de Computação. Através dessa pesquisa pretendemos lançar luz a uma questão que nos parece longe de se definir.

Palavras-chave: Internet, Direitos Autorais, Tecnologia, Pirataria.

A RELEVÂNCIA DAS AÇÕES EXTRAJUDICIAIS DO EMAJ PARA O DESENVOLVIMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA GRATUITA NA REGIÃO DE CÁCERES-MT.

Autor: PINHEIRO, Joilson Alves
UNEMAT – Cáceres-MT

O presente trabalho é feito de observações práticas relacionadas às atividades de extensão do Escritório Modelo de Assistência Jurídica vinculado à Faculdade de Direito da UNEMAT. A experiência de atuação neste espaço privilegiado de produção do conhecimento e envolvimento com a realidade nos faz refletir e propor inovações significativas para a superação das desigualdades sociais existentes, objetivando possibilitar a ampliação da oferta e melhora da qualidade do atendimento de orientação jurídica e ajuizamento de ações judiciais propostas pelo EMAJ. Criado em 1997 com o fim de proporcionar a prática dos acadêmicos do Curso de Direito em fase de estágio supervisionado curricular da UNEMAT, para postularem ou contestarem em qualquer instância ou juízo em favor da comunidade hipossuficiente da comarca de Cáceres, garantindo conjuntamente com a Defensoria Pública a garantia constitucional de acesso ao Poder Judiciário. Constatamos através de análise documental e levantamentos estatísticos realizados na secretaria do EMAJ que os prazos processuais e o tempo médio de duração das ações ajuizadas não correspondem às necessidades e eficiência almejada para a celeridade da justiça e afirmação da cidadania. A demanda social de assistidos é enorme e contínua, indicando a necessidade de desburocratizar o EMAJ para cumprir com o princípio da celeridade processual. Um caminho urgente consiste na adoção de métodos alternativos e extrajudiciais de resolução de conflitos nas relações intrafamiliares e interpessoais, criando formas de aproximar e sensibilizar os estagiários além de agilizar as soluções. Necessita-se de uma estrutura física e recursos humanos adequados. Razoavelmente satisfeita a primeira condição, torna-se imperioso uma equipe em dedicação exclusiva ao estágio, algo complexo ante a permanência de atividades paralelas como advocacia particular pelos professores.

Palavras-Chave: resolução de conflitos, celeridade processual, métodos alternativos.



O SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR EM CÁCERES-MT

Autora: MUGARTE, Stella Maria Lopes
Coordenadoria de Defesa do Consumidor de Cáceres-MT

Podemos definir o superendividamento como a completa impossibilidade do consumidor, devedor pessoa física, de boa-fé e leigo, quitar todas as suas dívidas de consumo atuais e futuras. Atualmente o endividamento é um fato inerente à convivência em sociedade, agravado pela massificação da atual sociedade de consumo. Na intenção de consumir produtos e serviços, sejam estes essenciais ou não, a maioria dos consumidores está se endividando constantemente. O consumo e o crédito estão vinculados no sistema econômico e jurídico tanto de países desenvolvidos como no de países emergentes como o Brasil, cuja economia de mercado é, por natureza, uma economia do endividamento. Conforme o Dr. Alberto Borges Matias, *“as dívidas que compõem a inadimplência e a insolvência, entre os consumidores brasileiros, são, entre outras, o cheque especial, crédito pessoal, aquisição de veículos e outros bens, bem como o financiamento imobiliário e cartão de crédito”*. Estabeleça-se que este estudo pode contribuir para o enfrentamento deste fenômeno de exclusão social que já tem repercussão em nossos Tribunais, demonstrada pela jurisprudência revelando a consciência e preocupação com o excessivo endividamento da população mais vulnerável, principalmente os idosos e as pessoas de baixa renda. O Departamento de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça integrou o programa do superendividamento, de acordo com seu diretor, Ricardo Morishita *“o acesso pleno aos direitos do consumidor garante cidadania ao brasileiro, que se vê como parte de uma sociedade e acolhido pelo Estado, que o respeita individualmente”*. Atualmente o PROCON de Cáceres tem feito o papel de mediador nas questões de superendividamento dos consumidores em Cáceres ante a magnitude do problema, que se avoluma, para suprir a falta de previsão legal, com a finalidade de reinserir os consumidores que se encontram impossibilitados ou com dificuldades de adimplir suas dívidas no mercado, seja por inadimplência ou insolvência.

Palavras Chave: superendividamento, inadimplência, insolvência, reinserção.

MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA E CONFLITO ENTRE ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT: A PERCEPÇÃO NOS AMBIENTES PÚBLICOS

Autora: NARDES, Wania Rosa.
Co-Autor: COSTA, José Ferreira.
Co-Autora: TIELLET, Maria do Horto Salles.
Universidade do Estado de Mato Grosso

Na pesquisa “Atos de violência e incivildades entre crianças e adolescentes em idade escolar, em espaços públicos de Cáceres/MT: praça Barão do Rio Branco e Praça Duque de Caxias”, pretendemos identificar os principais aspectos que dão ensejo à violência nas praças enquanto ambiente público freqüentado pela



população infanto-juvenil da cidade de Cáceres/MT. Nosso problema parte da seguinte questão: Se na escola, enquanto instituição cujo papel e função é a socialização e a formação cidadã, ocorrem transgressões às regras sociais e morais e infrações penais, então, em um ambiente público como as praças públicas as transgressões às regras sociais e morais e as infrações penais ocorreriam com maior frequência? Com base em Chizzoti (1995), adotamos duas abordagens, a compreensiva e a extensiva. A abordagem compreensiva se caracteriza por buscar a compreensão dos termos relacionados à violência, através da revisão bibliográfica dos seguintes autores: Dadoun (1998), Icléia Rodrigues de Lima e Cleomar Ferreira Gomes (2000). A abordagem extensiva será através de informações obtidas na Delegacia Especializada do Adolescente, no Conselho Tutelar e no Ministério Público do município de Cáceres/MT, assim como realizamos na Praça Barão do Rio Branco e na Praça Duque de Caxias, a observação não participante, como instrumento de coleta de dados, com protocolo prévio de observação, que servirá de guia e orientação para registro. Percebemos através da observação desenvolvida na Praça Barão do Rio Branco, notamos o consumo excessivo entre os jovens de bebida alcoólica, consumo de cigarros, andam em grupos diversificados, estilo de se vestir de acordo com o modismo (massificado, ou seja, as roupas de acordo com a classe social), menores de idade dirigindo carros e motos (chegam em alta velocidade), falam alto usando palavrões e gírias, crianças e adolescentes usando roupas eróticas e com apelos sensuais.

Palavras-Chave: Violência, Adolescentes, Ambiente urbano.

MINI CURSO

INTRODUÇÃO ÀS TEORIAS MULTICULTURAIS – DIREITO À DIFERENÇA.

Autor: LAGO ALBUQUERQUE, Antonio Armando Ulian do
Universidade do Estado de Mato Grosso

Justificativa: As teorias multiculturais têm sido analisadas sobre diferentes concepções políticas, desde o liberalismo clássico ao comunitarismo. Muitas vezes tem se desenvolvido um debate de cunho egocêntrico, marcado por um distanciamento dos marcos teóricos fundamentais para tal aporte, favorecendo uma análise pouco objetiva e distorcida dos fenômenos étnicos. A apresentação deste mini-curso contribui diretamente para a afirmação dos fundamentos teóricos a respeito do debate multicultural, fornecendo uma introdução ao aprofundamento de questões relacionadas às diferenças de gênero e étnicas. A proposta concentra-se em promover uma introdução teórica, urgente e necessária, para todos aqueles que se interessam pelas discussões do direito às diferenças.

Objetivos: Promover uma introdução teórica a respeito das teorias multiculturais e o direito constitucional à diferença. Estabelecer debates abertos a partir das matrizes



teóricas apresentadas. Visibilizar nas reportagens da Revista Veja e da Revista Caros Amigos as matrizes teóricas que subjazem aos textos jornalísticos.

Conteúdo Programático: 1) A constituição do Estado-Moderno e a emergência da etnicidade: a) transição do período feudal para a modernidade; b) as principais teorias contratualistas; c) o monismo jurídico como expressão do estado-moderno; d) o declínio do estado-nação e a emergência da etnicidade. 2) O debate multicultural: a) diferenciação entre pluralismo cultural e multiculturalismo; b) a política da diferença de Charles Taylor; c) introdução ao pensamento de John Rawls; d) as esferas da justiça de Michael Walzer e a crítica a Rawls; e) multiculturalismo liberal de Will Kymlicka; f) a proposta multicultural de Alain Touraine; g) a perspectiva de Jürgen Habermas sobre o multiculturalismo; h) o multiculturalismo crítico de Peter McLaren.

Metodologia: Utilizaremos aula-expositiva e círculo de cultura.

Referenciais Bibliográficos: LAGO ALBUQUERQUE, Antonio Armando Ulian do. *Multiculturalismo e direito à autodeterminação dos povos indígenas*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2008.

Recursos Didáticos: Data-show.

Materiais Didáticos: Textos da Revista Veja e da Revista Caros Amigos tratando sobre a questão de gênero e a questão étnica.